



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social

ATA

302ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -

Brasília/DF, 28 de fevereiro de 2024

ATA DA 302ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 28 de fevereiro de 2024

LOCAL: MPS, Bloco F, 9º andar, Sala 902

PRESENCAS

Representantes do Governo	Representantes dos Trabalhadores em Atividade
MPS – Carlos Roberto Lupi	FS – Odair Antonio Bortoloso
MPS – Wolney Queiroz Maciel	UGT – Aparecido Alves Tenório
SRGPS/MPS – Adroaldo da Cunha Portal	CUT – Ariovaldo de Camargo
INSS – Alessandro Antônio Stefanutto	CTB – Rolando Medeiros
INSS – Andre Paulo Felix Fidelis	
CONJUR/MPS – Felipe Cavalcante e Silva	
SRPC/MPS – Paulo Roberto dos Santos Pinto	
SRGPS/MPS – Benedito Adalberto Brunca	

Representantes dos Aposentados e Pensionistas	Representantes dos Empregadores
SINTAPI/CUT – Gerson Maia de Carvalho	CNF – Rafael Baldi da Silva
CSB – Bartolomeu Evangelista de França	CNC – Helio Queiroz da Silva
COBAP – Obede Muniz Teodoro	
SINDNAPI/FS – Tonia Andrea Inocentini Galleti	
CONTAG – Evandro José Morello	

Palestrante/Convidado
MPS – Eduardo da Silva Pereira
CNF – Alex Sander Gonçalves
MPS – Alexandre Zioli Fernandes

Ouvinte/Convidado
ABBC – Ricardo Andreassa
RDK – Josué Germando
RDK – Virgínia Cardoso
ANEPS – Ronielem S. Pinho
SINDNAPI – Maria Antônia
Valor Econômico – Jéssica
DIRBEN/INSS – Jucimar Fonseca

MPS – Thiago Veras do Valles

DPMF/MPS – Márcia S. Campos

DATAPREV – Claudiana Freitas

DATAPREV – Tamara Kinupp

CGEGT/DRGPS – Eduardo Pereira

ASCOM – Renata Brumal

CGCAD – Emanuel Dantas

ASCOM – Lorena Silva Batista

SE – Milena Fontes

SE – Osório Chacefe

MPS – Julio Cezar Costa

ASCOM – Max Monjardim

DATAPREV – Alan Santos

MPS – Míriam

MPS – Bruno Ribeiro

1 I – ABERTURA

2 Presidindo a mesa, o **Presidente Sr. Carlos Lupi** abriu a 302ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social
3 (CNPS), agradecendo a presença de todos(as). Fez duas propostas para a pauta do dia: que o Relatório de atendimento à
4 demanda por parte da Perícia Médica Federal fosse apresentado na próxima reunião em razão de problemas técnicos na
5 elaboração da pauta e corrigiu o texto do 3º item da pauta, ficando: “Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho”.
6 Apresentou a Doutora Márcia Rejane Soares Campos, Diretora da Perícia Médica do MPS. Disse que a Previdência está
7 progredindo, que a média de espera para perícia está em 45 dias, conforme prometido, e desejou marcar uma reunião
8 para informar os dados relevantes aos Conselheiros. Relatou o sucesso da teleperícia, disse que a meta é chegar aos 30
9 dias de espera média e que o próximo objetivo é avançar nos cuidados às pessoas com deficiência. Sobre a reunião do dia
10 anterior, com a Associação de Bancos, afirmou ter sido um encontro ponderado e equilibrado.

11

12 II – ORDEM DO DIA

13 Instado o primeiro ponto de pauta: Crédito Consignado, o **Sr. Presidente** iniciou sugerindo a criação de um Grupo de
14 Trabalho capaz de construir uma metodologia permanente, transparente e viável para o teto da taxa de juros. Com a
15 palavra, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** falou sobre a Reunião do GT, onde foi debatida a metodologia, e passou para o
16 **Sr. Alex Sander Gonçalves** fazer a apresentação da FEBRABAN. Iniciou com os dados fornecidos pelo Banco Central a
17 respeito dos consignados, comparando os anos de 2019 e 2023 devido às alterações feitas no período da pandemia.
18 Apontou que o volume total de empréstimos consignados foi de R\$ 78 bilhões em 2019 e R\$ 79 bilhões em 2023, porém
19 em 2023 o salário-mínimo ficou 40% mais alto, o prazo máximo de pagamento aumentou em 12 meses, o teto caiu 0,10%
20 e o valor da concessão aumentou 68%, dados que indicam que o volume de contratos em 2023 poderia ter sido maior e,
21 para igualar 2019, com a inflação corrigida, chegaria a R\$ 100 bilhões. Mostrou a queda no crescimento na quantidade de
22 carteiras ativas e na modalidade Margem Livre, em contraste com o aumento de portabilidades e refinanciamentos. O **Sr.**
23 **Presidente** registrou que o limite de crédito das pessoas também chegou ao teto, o que leva ao movimento mencionado,
24 e que os dados devem ser analisados em conjunto. Continuando, o **Sr. Alex Sander Gonçalves** analisou a Margem Livre,
25 indicando que sofreu uma queda de 21% na comparação entre 2022 e 2023 e de 24% na comparação entre os dois
26 primeiros meses de 2023 e 2024. Apresentou as taxas praticadas de 24 a 31 de janeiro de 2024, quando o teto de 1,76%
27 entrou em vigor, destacando que as instituições financeiras estão trabalhando no teto ou extremamente próximas dele, o
28 que mostra que a rentabilidade da operação é baixa. Explicou que a taxa média de portabilidade no período foi de 1,58%
29 e a de refinanciamento 1,67%, uma vez que a Margem Livre gera um custo maior de captação. Ilustrou a estrutura de
30 custos dos consignados, formada pelo custo de captação de investimentos, que precisa ter o prazo de pelo menos dois
31 anos, e pelos custos fixos, o que deve ser coberto pelos juros cobrados do cliente. Após todos os descontos, disse que a
32 margem de lucro dos bancos fica em 0,05%, o que considerou baixa, e apresentou a projeção de 2024, indicando que, se
33 o cenário de queda da SELIC se concretizar e a metodologia for mantida, os bancos terminarão o ano com margem negativa
34 de -0,12%, uma vez que o teto de juros cairá, porém o custo de captação seguirá estável, o que leva ao desequilíbrio
35 concorrencial. Concordou com a sugestão do GT para discutir uma metodologia eficiente e justa, que permita que todos

os bancos sigam operando. Em seguida, o **Sr. Eduardo Pereira** deu início à sua fala, com a exposição da evolução da taxa de juros do consignado associada à SELIC e ao IPCA acumulado. Então, demonstrou a proposta do MPS do novo teto da taxa de juros a partir de fevereiro de 2024, de 1,72% ao mês, acompanhando a redução de 0,5% da SELIC, e a nova taxa do cartão de crédito, de 2,55%. Ato seguinte, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** explicou que é esta metodologia que a Secretaria e o Ministério vêm oferecendo nos debates e grupos. Posteriormente, o **Sr. Adroaldo Portal** relatou que a discussão atual é entre o uso do DI 2 anos e da SELIC e explicou que, se em 2023 o DI 2 anos tivesse sido usado, o teto de juros atual seria 1,75%, e não 1,76%. Destacou a queda no crescimento do número médio dos contratos, apesar do aumento de 2% ao ano no número de beneficiários do INSS, e questionou se é interessante trabalhar para que o nível de endividamento aumente, o que reflete no nível de estrangulamento da renda dos aposentados. Antes de abrir para o debate, o **Sr. Presidente** falou sobre o aumento da portabilidade e do refinanciamento, e o que isso representa com relação ao teto de endividamento dos beneficiários, pedindo que o possível novo GT faça o cruzamento destes dados, além do levantamento da taxa anual. Questionou, também, como os bancos conseguem operar com taxas menores nos casos de refinanciamento e portabilidade. Com a palavra, o **Sr. Alex Sander Gonçalves** concordou e lembrou que o Banco Central não considera as transações de portabilidade na estatística do crescimento por não serem contratos novos, explicando que a portabilidade custa menos em divulgação e busca de clientes aos bancos, além de ter uma inadimplência mais baixa. Em seguida, o **Sr. Presidente** insistiu na proposta de um GT que crie metodologias, subsídios e argumentos para os parâmetros do teto da taxa de juros, ao que o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** sugeriu que o GT existente fosse utilizado para essa função, e o **Sr. Presidente** concordou, assim como os demais. Sobre isso, o **Sr. Rafael Baldi** perguntou se seria possível acrescentar membros do Banco Central e do Ministério da Fazenda ao GT, o que foi acatado. O **Sr. Bartolomeu Evangelista** pediu a entrada de um representante do Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome e outro do Ministério do Planejamento e afirmou que o tempo de reunião do GT, de duas horas, é insuficiente e sempre agendada sem antecedência, sugerindo um seminário presencial. Em resposta, o **Sr. Presidente** propôs que as propostas, ideias e projetos sejam encaminhadas pelo menos uma semana antes da reunião, para que haja tempo de estudo e o grupo foque nas conclusões, o que foi aceito. O **Sr. Gerson Maia** lembrou que o tema é de suma importância, pois trata de empréstimos para um público de 39 milhões de pessoas, e concordou que é preciso que o grupo se reúna também presencialmente. Defendeu a apresentação do **Sr. Adroaldo Portal** por ficar satisfeito em ver que a taxa está em queda, mas que os consignados são sempre feitos no prazo máximo, de 84 meses, o que aumenta o valor da dívida, e que, em geral, os prazos menores não são apresentados aos beneficiários. Na sequência, o **Sr. Rolando Medeiros** disse que as informações são muito desencontradas, que por vezes se depara com reportagens criticando a taxa de juros, enquanto o Conselho indica que as taxas estão em queda e apelou para que a questão seja resolvida através de uma metodologia fixa, pois está consumindo as reuniões do CNPS. Ato contínuo, o **Sr. Ariovaldo de Camargo** lembrou o gráfico apresentado da reunião do GT demonstrando como teria sido a aplicação do DI 2 anos em 2023, se tivesse sido usado. Elucidou que o índice teria diminuído o teto da taxa de juros até outubro, quando se igualou com a SELIC, e que as discussões teriam sido mitigadas caso a opção tivesse sido exposta. Concordou com a necessidade de uma metodologia permanente e que, talvez, uma média aritmética entre as duas metodologias seja uma possibilidade. Indicou que o GT

71 também precisa entender como bancos operam abaixo do teto e a resposta para o questionamento do Presidente: a
72 procura pelo Consignado está diminuindo porque as pessoas não estão precisando ou porque estão endividadas ao limite?
73 Reforçou também a importância de construir um instrumento que dê segurança de operação ao sistema financeiro e ao
74 que foi conquistado de benefício aos aposentados e pensionistas. O **Sr. Presidente** lembrou que o processo tem uma
75 dinâmica muito peculiar, pois os números são relativos, que é necessária uma metodologia permanente, mas é preciso ter
76 sensibilidade social. Em seguida, o **Sr. Hélio da Silva** concordou, elogiou o GT e afirmou que todo o mercado financeiro
77 utiliza o DI 2 anos para captação. Destacou o questionamento do **Sr. Adroaldo Portal** na reunião do GT sobre a garantia
78 de que o sistema financeiro seguirá usando o DI 2 anos, se aprovado. Propôs aprovar o DI 2 anos mediante documento do
79 mercado financeiro de que a regra não será alterada, pelo menos dentro do prazo de 2 anos. Depois, o **Sr. Felipe**
80 **Cavalcante** indagou se é possível o Ministério fazer um levantamento do endividamento dos aposentados, ao que o **Sr.**
81 **Presidente** indicou que será função do GT em parceria do INSS com a DATAPREV. Já o **Sr. Paulo Roberto Pinto** disse que o
82 DI 2 anos muda todos os dias, então seria preciso uma fórmula para calcular o teto diariamente, e sugeriu que seriam
83 necessárias reuniões periódicas ou com base em movimentos extraordinários da economia para reavaliar os valores.
84 Explicou que a taxa fixa já gera casos em que o teto é extrapolado, o que seria agravado em caso de uma taxa variável,
85 além de dificultar o acompanhamento e o **Sr. Presidente** pediu que estas questões fossem encaminhadas ao GT, diante
86 da relevância. O **Sr. Alex Sander Gonçalves** embasou a questão, mas afirmou que a proposta previa uma revisão periódica
87 com comparativos das médias da taxa em determinado período e perguntou se seria possível não definir o teto na reunião
88 atual, e sim após deliberação do GT. Em resposta, o **Sr. Presidente** afirmou que são processos paralelos e que a proposta
89 de baixar o teto para 1,72% permanece, como tem sido feito nos últimos meses. Resumiu a proposta para votação: debate
90 no GT com pelo menos uma reunião presencial e participação do Banco Central, Ministério da Fazenda e Ministério do
91 Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome para apresentar uma metodologia, que foi aprovada por
92 unanimidade. Sobre o teto dos juros, foram colocadas em votação duas propostas: a do Governo, no sentido de acatar o
93 valor de 1,72% para o empréstimo consignado e 2,55% para o cartão de crédito e a do sistema financeiro, que é adiar a
94 decisão para a próxima reunião, a tempo de um posicionamento do GT, sendo que a proposta do Governo foi aprovada
95 por 13 votos contra um e entrará em vigor cinco dias úteis após a publicação. Avançando na pauta, seguiu-se para o
96 Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho – AEAT 2022, sendo que o **Sr. Alexandre Zioli Fernandes** iniciou sua
97 explanação com o conceito de acidente de trabalho. Seguiu dizendo que o Anuário não inclui os trabalhadores autônomos,
98 apresenta diferentes graus de consequências, desde o afastamento por um dia ao óbito, trata de eventos que podem
99 ocorrer durante o serviço, no trajeto ou ser uma doença ocupacional e ter a CAT registrada, ou não. Apresentou que, entre
100 2012 e 2022, houve uma queda no total geral, que foi de 648.366 casos em 2022, ainda mais considerando o aumento de
101 contribuintes no período, e que a queda foi ainda maior nos casos sem CAT. Indicou os CNAE com maiores números de
102 ocorrências, sendo a atividade de atendimento hospitalar a primeira da lista, e disse que os homens sofreram o dobro de
103 ocorrências em comparação com as mulheres, quadro que se inverte quando se fala em doenças do trabalho. Detalhou
104 que 73,2% dos acidentes são típicos, 21,9% de trajeto e 4,8% de doença do trabalho e que 63,9% dos afastamentos foram
105 incapacidades de menos de 15 dias, 11,6% de mais de 15 dias, 23,3% de assistência médica, 0,8% de incapacidade

permanente e 0,4% de óbitos, mas que apenas a incapacidade permanente diminuiu em comparação com o ano anterior. Sobre os indicadores dos acidentes de trabalho, explicou que são taxas que relativizam acidentes ou consequências, em termos de população exposta a risco, e são: taxa de incidências, taxa de mortalidade e letalidade e taxa de acidentalidade para a faixa de 16 a 34 anos, sendo que a maioria dos índices teve aumento, se comparados com os últimos 5 anos, com exceção da faixa entre 16 a 34 anos. Anunciou que todas as informações estão disponíveis on-line e se colocou à disposição para perguntas. O **Sr. Wolney Queiroz** agradeceu em nome do Presidente, que precisou se ausentar devido a uma viagem, e passou a palavra para a **Sra. Tônia Galleti**, que questionou por que os resultados apresentados não incluem o ano de 2023 e pediu que fossem explicados novamente os números absolutos e o percentual dos acidentes de trabalho, que pareceram contraditórios. Em resposta, o **Sr. Alexandre Zioli Fernandes** explicou que o Anuário Estatístico de 2023 está começando a ser produzido, uma vez que depende de dados de diversas fontes, principalmente no caso dos indicadores. Explicou que os números devem ser analisados não apenas individualmente, mas também em proporção com a quantidade de vínculos empregatícios, que sobe a cada ano, mas que, de qualquer forma, o total é alto. O **Sr. Gerson Maia** lembrou da diferença de valor no pagamento entre o auxílio-doença e o auxílio por acidente de trabalho e disse que, na prática, as empresas nem sempre fazem a CAT. O **Sr. Alexandre Zioli Fernandes** confirmou que há uma subnotificação e que o empregado e o sindicato também podem emitir a CAT. O **Sr. Odair Bortoloso** disse que a CAT é um tema complexo, tanto pelo sucateamento do Ministério do Trabalho, quanto pela falta de informação aos funcionários e que a subnotificação é grande. Como Diretor de Administração de um sindicato, o **Sr. Rolando Medeiros** questionou o critério, no caso de um funcionário que trabalha para mais de uma empresa, e que o perito escolheu o SINDSPREV, que é um dos empregadores, como responsável pela doença ocupacional e se o perito acessa todos os vínculos do trabalhador. A **Sra. Márcia de Almeida** disse que o perito não pode escolher e que o acidente de trabalho pode ser relacionado a mais de uma atividade. O **Sr. Felipe Cavalcante** perguntou se há uma maneira precisa e apurada para delimitar a imputação de responsabilidades, como no direito penal, e que o tema pode ser transformado em um Ato Normativo Interno. O **Sr. Benedito Adalberto Brunca** lembrou que em qualquer requerimento de benefício por incapacidade devem ser apontadas todas as atividades exercidas, até para identificar se a incapacidade se aplica a todas elas. Ato seguinte, passou-se ao próximo item de pauta: Compensação Previdenciária. O **Sr. Benedito Adalberto Brunca** iniciou explicando a contagem recíproca do tempo de contribuição, que permite a migração do tempo de contribuição e consente que a pessoa se aposente no regime que estava por último, sendo que o Regime Instituidor pode pedir compensação da proporcionalidade do tempo contribuído no Regime de Origem, a chamada compensação previdenciária. Nos casos de Regimes Próprios das prefeituras que forem extintos, o **Sr. Paulo Roberto Pinto** explicou que o valor monetário acumulado deverá ser usado para o pagamento proporcional dos benefícios, mas que a prefeitura será responsável por honrar os pagamentos enquanto for necessário. Em posse da palavra, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** explicou que o período devido é chamado de Estoque, diferenciando entre Estoque RGPS, para valores entre 1988 e 1999, e Estoque RPPS, para valores após essa data, além da diferença entre fluxo acumulado e mensal. Citou o Sistema COMPREV, que possibilita a troca de requerimentos entre os Regimes da Previdência sem impactar os beneficiários. Apresentou a página da Compensação Previdenciária no site Gov.br, que traz os painéis de compensação. O **Sr. Paulo Roberto Pinto** reforçou que a ordem cronológica dos

processos é seguida à risca e está sob fiscalização constante e o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** destacou que os recursos de compensação previdenciária integram fonte de receita do RPPS e do RGPS, indispensável para a sustentabilidade dos Regimes. Afirmou que os casos a serem analisados subiram de cerca de 12 mil em 2020 e 2021 para mais de 71 mil em 2023 e o **Sr. Paulo Roberto Pinto** explicou que, cada vez que um processo é analisado, é gerado um pagamento do acumulado até o momento e um valor mensal a ser pago. A seguir, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** explicou que os pagamentos são feitos de acordo com as contribuições, tanto no quesito de valores quanto de tempo. Por fim, o **Sr. Paulo Roberto Pinto** elucidou que há muitos processos represados pois, durante a pandemia, foram analisados como menos prioritários em vista de benefícios como o BPC/LOAS, por exemplo, por ser um acerto entre municípios e não afetar os beneficiários, e que são cerca de 5 mil processos analisados por mês manualmente, sendo que as análises automatizadas são usadas para os casos mais simples. Ato seguinte, o **Sr. Gerson Maia** questionou a necessidade de pelo menos uma contribuição, nos casos em que a pessoa opta por se aposentar pelo Regime Geral, e não pelo Regime Próprio do município ou estado, ao que o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** respondeu que sim, que é a última contribuição que vale como filiação e o **Sr. Paulo Roberto Pinto** lembrou que é preciso entender em qual Regime se tem o direito adquirido. A seguir, o **Sr. Gerson Maia** falou também sobre a garantia da reposição da inflação do ano anterior, que vale para o Regime Geral, mas não para os Regimes Próprios e perguntou se, nos casos de compensação, a reposição é repassada e o **Sr. Felipe Cavalcante** explicou que, se a aposentadoria for concedida pelo Regime Geral sim, caso contrário, não. O **Sr. Eduardo Pereira** questionou os casos em que houve contribuições em outros países e o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** afirmou que a compensação é igual, mas que entrará em detalhes em outra oportunidade.

III – ENCERRAMENTO

Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Wolney Queiroz** deu por encerrada a 302ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. E, para que tudo fique devidamente documentado, foi lavrada a presente Ata que, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Colegiado.